

BRASIL - Golpismo ganha alento (Valdemar Menezes, ADITAL)

quarta-feira 23 de novembro de 2005, postado por [Dial](#)

01.11.05 - [ADITAL](#) - *A ofensiva descarada dos últimos dias, encetada pelas «forças da ordem» para depor o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através de impeachment, e cancelar o registro do Partido dos Trabalhadores, impedindo-o de lançar candidatos às eleições de 2006, ganha lances de gangsterismo, com a farsa montada, através da revista Veja, para acusar a campanha presidencial de Lula de ter recebido US\$ 3 milhões de Cuba, em 2002.*

A hipótese da utilização desse tipo de manobra pela direita (previsível desde que se configurou a possibilidade da chegada ao poder de uma candidatura de esquerda) é que condicionou a estratégia do PT, nas eleições de 2002, de ampliar o arco de alianças de modo a incluir partidos da ordem, na base aliada, com o fito de enfrentar situações como as que levaram à queda do presidente João Goulart, em 1964, no Brasil, e a de Salvador Allende, no Chile, em 1971.

Contudo, essa justificativa não é aceita pelos críticos de esquerda. Para estes, a guinada do PT em direção a uma política desprovida dos referenciais ideológicos originais não é mais do que a repetição da trajetória histórica dos partidos social-democratas europeus quando perderam todo referencial marxista e se transformaram em simples gerentes do capitalismo, procurando apenas abrandá-lo e não substituí-lo por outro sistema não-explorador e não-alienante. Lembram que isso ocorreu décadas antes da hegemonia do atual modelo de globalização. Por isso, insistem em confrontar a situação concreta de agora, com o histórico clássico da social-democracia.

No que toca ao PT, a decepção deles foi não apenas pelo fato de continuar, fundamentalmente, a mesma receita do governo anterior (frise-se que para atual direção se trata de uma opção eminentemente tática), mas também no fato de o partido transformar-se em eixo de transmissão do governo (com o agravo de este não ser um governo petista puro, mas de coalizão) numa suposta negação à crítica que o próprio PT fazia aos partidos comunistas. Também apontam o afrouxamento dos laços com os movimentos sociais em favor do privilegiamento, quase absoluto, do jogo parlamentar (o que teria levado ao surgimento do carreirismo interno, permitindo que os interesses corporativos dos parlamentares e do funcionalismo partidário passassem a prevalecer na vida do partido); e a renúncia em lutar por novas formas institucionais, em direção à democracia participativa, aproveitando a abertura dada pela própria Constituição Federal para a democracia direta.

Se essa crítica estiver correta, isso significaria que teria sido preferível ao PT ter sido novamente derrotado na eleição anterior a se ter deformado a ponto de ver atingida a sua credibilidade, inclusive o seu patrimônio ético. Para esses críticos teria sido de maior proveito a manutenção da proposta original, defendida em 1989, com a recusa de fazer alianças fora do campo da esquerda. Isso, sem necessitar abandonar a via eleitoral, mas subordinando-a ao principal: a organização da sociedade, o fortalecimento e a articulação dos movimentos sociais e luta pela radicalização da democracia. Será?

Devemos nos lembrar que em 1989 a eleição ainda estava sob a égide da Guerra Fria, com todas as restrições possíveis a uma opção de esquerda conseqüente, sobretudo neste Hemisfério. O último que tentara combinar via parlamentar com ruptura do sistema capitalista fora Salvador Allende, e o resultado foi desastroso. No próprio Brasil, a lembrança do traumático desfecho do governo João Goulart, apeado pelos militares, em 1964, seguindo-se 20 anos de ditadura militar, ainda era bastante viva. Como forte estavam ainda as forças que a bancaram. Os indícios eram claros de que o establishment não aceitaria engolir a proposta transformadora do PT, nos moldes em que ela se explicitava, já que nela estava

embutida uma ruptura incontornável.

Numa entrevista dada no mês passado ao jornal O POVO (do estado brasileiro do Ceará), César Benjamin, um dos fundadores do PT e que rompeu com o partido em 1995 (depois de ter atuado na coordenação das campanhas de Lula à presidência da República, em 1989 e 1994, tornando-se um dos mais agudos críticos do atual governo e do PT, pela esquerda) reconheceu que se Lula tivesse ganhado a eleição, em 1989, haveria uma crise institucional na sua posse. Isso depois de se referir à ameaça feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Mário Amato, de que uma grande parte do empresariado brasileiro iria abandonar o País; e do aviso sobre a articulação de atentado pessoal contra o candidato Lula (informado por simpatizantes do Exército), sem falar (dizemos nós) na falta de quadros suficientes para conduzir o governo, já que seu apoio se restringiria à esquerda e aos movimentos sociais.

Junte-se a isso, o quadro de uma provável fuga de capitais e de isolamento do País e se terá uma visão aproximada do que se seguiria à vitória de Lula, naquelas condições. Havia, é certo, o fato objetivo de o País dispor, naquela ocasião, de maiores elementos para uma proposta autônoma, já que seu patrimônio público ainda não tinha sido privatizado e se podia contar com o vasto mercado interno. Seria, no entanto, um governo de confronto e de convulsão social, cercado por forças hostis poderosas, lastreadas pela mídia. O preço, talvez, fosse uma guerra civil, com desfecho muito duvidoso. Valeria a pena? Na verdade, seria um passo maior do que as pernas; e seu resultado poderia ser um retrocesso inimaginável do ponto de vista institucional, posto que as forças que bancaram a ditadura estavam desmoralizadas, mas não desdentadas.

Assim, ao chegar às eleições de 2002, em condições objetivas ainda mais desfavoráveis, depois de três gestões neoliberais que atou de vez o País ao sistema financeiro internacional e o subjugou a uma dívida impagável, e de se defrontar com uma elite ainda mais poderosa, respaldada por uma mídia de poder manipulador quase ilimitado, fica difícil questionar a estratégia moderada e reformista do governo Lula e do PT, a não ser no que diz respeito à sua conformação subjetiva ao sistema (prevalência absoluta da lógica eleitoral, afrouxamento dos laços com os movimentos sociais e relativismo ético) que trouxeram, objetivamente, grandes prejuízos do ponto de vista político e de credibilidade moral. Fora disso, é difícil afirmar com objetividade ser possível outra alternativa.

<http://www.adital.com.br/site/noticias/19695.asp?lang=PT&cod=19695>

Para receber o Boletim de Notícias da Adital escreva a adital chez adital.com.br